

Um imigrante chamado Koutakusei

A immigrant called Koutakusei

Franco Lindemberg Paiva dos Santos

Mestrando em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas: PPGH-UFAM.

Resumo: No período da chamada “grande imigração”, o Brasil recebeu milhares de pessoas. Vários serão os seus locais de origem, assim como diversificadas serão as suas motivações. Dentro deste rico universo de experiências humanas, teremos um grupo de imigrantes que se constituirá em uma experiência ímpar, seja pela forma como sua imigração foi preparada, seja pelos resultados obtidos a partir dela. Sua denominação, Koutakuseis. Neste artigo, pretendemos analisar esta experiência imigratória, particularizando o seu processo de preparação, para compreendê-la dentro do contexto da imigração estrangeira para o Brasil e da imigração japonesa em particular, nas primeiras décadas do século XX. Neste esforço, vamos mostrar o que eles tiveram de diferente dos demais imigrantes que chegaram às terras brasileiras.

Palavras-Chave: imigração, preparação, Koutakuseis.

Abstract: During the period of the called “great immigration”, Brazil received thousands of people. There will be several places of origin, as well as diversified motivations. Within this rich universe of human experiences, we will have a group of immigrants that will constitute a unique experience, either by the way their immigration was prepared, or by the results obtained from it. Their denomination, Koutakuseis. In this article, we intend to analyze this immigration experience, particularly its preparation process, to understand it within the context of foreign immigration to Brazil and Japanese immigration in particular, in the first decades of the twentieth century. In this effort, we will show what they had different from other immigrants who arrived in Brazilian lands.

Keywords: immigration, preparation, Koutakuseis.

Introdução

Países como o Brasil receberam milhares de imigrantes entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Gente de vários países, pelos mais diversos motivos, se deslocaram de suas regiões de origem para tentar a sorte em terras brasileiras. Como motivação principal, todavia, estava a busca por melhores condições de vida. Naquele momento em particular, o Brasil vivia a chamada transição da mão de obra escrava para a mão de obra livre, termo inclusive bastante questionado por muitos estudiosos¹. Dentro desse contexto, há uma necessidade de braços para algumas atividades que estavam em expansão, em particular a relacionada ao café na região sudeste (São Paulo), como o cacau na Bahia, bem como na Amazônia com a borracha.

Para esclarecer tais cenários, Sayad (1998) nos ensina a olhar todo e qualquer processo migratório a partir de dois polos: o local de saída, e o local de chegada. Analisando o ocorrido no Brasil veremos inúmeros casos em que esta migração será planejada, tanto no local de saída, como no local de chegada. Todavia, nenhuma delas atingirá o nível de sofisticação que teve o grupo de japoneses que veio para o Amazonas, estes que vieram a implantar a juta na região próxima ao município de Parintins.

Esse grupo, em particular, talvez seja o único caso na história do processo migratório para o Brasil em que o planejamento extrapolará a organização da viagem, da hospedagem e da distribuição dos colonos. Ele, todo formado, por jovens oriundos da classe média japonesa, receberá uma preparação intelectual e técnica para enfrentar a realidade amazônica. Essa preparação iniciará no Japão e terá continuidade em terras amazonenses, em Institutos preparados para isso. São os chamados Koutakuseis, conhecidos dessa maneira em virtude do nome da escola onde se prepararam para vir ao Amazonas.

Será essa história em particular que iremos trabalhar ao longo deste texto. Para isso, precisaremos entrar em dois contextos: o da imigração japonesa para o Brasil e, em especial para o Amazonas; e a realidade dos estados Amazônicos quando estes imigrantes chegaram, isto é, no período de declínio da economia da borracha. Para além disso, buscaremos compreender também as motivações da vinda destes imigrantes e as razões para a preparação técnica-intelectual destes jovens.

¹ Cf. MAMIGONIAN, 2002.

Primórdios da imigração japonesa

Quando olhamos hoje para o Japão, país altamente desenvolvido e para o povo japonês, conhecido mundialmente pela sua disciplina e cordialidade, ficamos logo com a impressão de que a vinda de imigrantes japoneses para o Brasil foi feita sem nenhum sobressalto, nem dificuldades com relação à aceitação deles. Essa impressão, porém, não resiste a uma análise um pouco mais minuciosa do processo histórico que resultou na vinda dos nipônicos para o território brasileiro.

Quando o processo de imigração entra na sua fase mais intensa, exatamente a partir das duas últimas décadas do século XIX, observando o que estava por trás da aceitação, em grande quantidade no Brasil de imigrantes europeus, perceberemos que além da ideia de aumentar o efetivo de trabalhadores para a cafeicultura em expansão, estava também a pretensão de embranquecer a sociedade brasileira através desses povos. Naquela ocasião, a elite brasileira não permitia a entrada de qualquer estrangeiro no Brasil, os imigrantes precisariam ser de pele branca e vindo de alguma nação europeia. Esta é uma das razões da rejeição à imensa massa de trabalhadores negros nos cafezais paulistas e em outros locais que precisavam de trabalhadores.

Na cabeça da elite brasileira estava presente uma ideologia eugênica de relegar os grupos humanos (raças) consideradas inferiores e priorizar os considerados superiores. Mesmo precisando desesperadamente de braços para o campo e de pessoas para ocuparem os “locais vazios” do país, as classes dominantes brasileiras não pretendiam receber qualquer imigrante. Sendo assim, aqueles precisariam vir de onde se acreditava que a civilização humana havia atingido o topo da sua evolução, ou seja, a Europa.

Dentro desta forma de pensar, Imigrantes vindos de outras partes do mundo, em especial o sudeste asiático (japoneses e chineses) e Oriente Médio (sírio-libaneses), não serão muito bem vistos por uma parte significativa da sociedade brasileira. Inúmeros serão os casos registrados em discussões políticas ou na imprensa reverberando afirmações referentes a temores sobre a chegada em nosso território de grupos considerados inferiores. No caso japonês, se alertavam inclusive para o risco de “amarelção” do povo brasileiro, o que seria considerado então um atraso, em vez de progresso.

Inúmeras ideias equivocadas foram passadas abertamente com relação ao povo japonês, elas estão por detrás da demora em aceitá-los no Brasil. Homma (2016) afirma que por serem parecidos com os indígenas, os japoneses serão considerados uma raça inferior. Segundo o autor, estas ideias somente foram abando-

nadas no Amazonas com o advento do polo industrial da Zona Franca de Manaus, quando teremos inúmeras empresas do Japão se instalando aqui e o mercado sendo inundado por eletroeletrônicos de fabricação japonesa.

Dentro desta questão, Kawada (1995) apresenta, em um fragmento, a frases do deputado amazonense Antóvilá Rodrigues Mourão Vieira, onde uma série de preconceitos sobre os nipônicos são expostos; assim ele nos diz:

Perigo amarelo,” assim se referiam aos colonos e diziam: “elementos que não constroem, não se cruzam, não aprendem a nossa língua, não se adaptam aos nossos costumes, não devem constituir o ideal do tipo preciso para a exploração de nossas terras. Cem japoneses que aqui se estabeleceram chamariam milhares dentro de poucos anos e o Amazonas passaria a ser o paraíso de Buda (KAWADA, 1995: p. 19).

A fala do deputado Antóvilá, representa naquele momento, o modo de pensar de muitos brasileiros, onde se fazem presentes ao menos três categorias diferentes de preconceitos relacionados àqueles imigrantes. Em primeiro lugar os culturais, ao se referir a não assimilação da língua e dos costumes brasileiros. Em seguida, temos os de natureza raciais, ao afirmar não serem o tipo ideal para explorar as nossas terras. Por último, os de natureza religiosa, ao temer com a chegada dos japoneses a penetração da religião budista.

Do lado dos japoneses teremos certa ressalva com relação à imigração para o Brasil, em função, em primeiro lugar das distâncias, que implicariam em despesas acentuadas para a vinda do imigrante. E em segundo lugar, em função da incompatibilidade na forma de ver a imigração; pois enquanto o governo japonês desejava enviar seus compatriotas por um tempo determinado, as classes dominantes brasileiras queriam pessoas que se estabelecessem em definitivo no país.

A somatória deste preconceito aos nipônicos com as dificuldades em relação à forma de ver a imigração, farão com que a negociação para a vinda dos japoneses seja muito demorada e cheia oscilações. Em 1892, pouco tempo após o Brasil virar república, cafeicultores em particular e pessoas ligadas ao setor da imigração começam a buscar meios para trazer trabalhadores do Japão.

Com efeito, as situações acima citadas farão com que este processo se estenda por todos os últimos anos do século XIX e primeiros do XX, só chegando ao fim em novembro de 1907, quando finalmente os governos japonês e do estado de São Paulo concordarão em realizar tal experiência migratória.

Logo, será em função deste contrato que em junho de 1908 chegará ao porto de Santos o navio Kasato-Marú trazendo a primeira leva de imigrantes japoneses

para o Brasil². Dessa maneira, a porta estava finalmente aberta, embora as desconfianças e preconceitos permanecessem. CEHIB³, ilustrando a questão, nos apresenta duas passagens que mostram as opiniões divergentes na imprensa paulista acerca dos japoneses:

Temos primeiro uma reportagem do Correio Paulistano do dia 26 de junho de 1908, mostrando a boa impressão que os japoneses causaram ao chegarem aqui:

São muito dóceis e sociáveis, tendo manifestado uma grande vontade de aprender a nossa língua, e no refeitório não deixam cair um grão de arroz ou uma colher de caldo. Depois de cada refeição (que dura de uma e meia a duas horas), o pavimento do salão está como antes delia. Os dormitórios quase não precisam ser varridos, mal se encontrando de longe em longe um pedacinho de papel ou um phosphoro queimado, que algumas vezes são dos serventes da hospedaria.

Nas mil e cem malas que trouxeram, a alfândega não encontrou um único objecto nas condições de pagar imposto, embora a conferência tenha sido feita com todo o rigor e durado quase dois dias inteiros.

Os empregados da alfândega declaram que nunca viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido á conferência de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentira.

Si esta gente, que é toda de trabalho, for neste o que é no asseio, (nunca veio pela imigração gente tão asseada), na ordem e na docilidade, a riqueza paulista terá no japonez um elemento de produção que nada deixará a desejar. (CEHIB, 1992, p. 68)

Na sequência, esta mesma obra, vai para o outro extremo, e nos mostra a visão negativa da imprensa paulista, a cerca destes mesmos japoneses:

Mas não faltaram também opiniões contrárias aos imigrantes que começavam a chegar com o Kasato-Maru. O jornal santista A Tribuna, em sua edição de 19 de junho (ou seja, no dia seguinte à chegada do Kasato-Maru), manifestava a sua preocupação com a introdução daqueles que chama “os amarelos”, segundo registra Tomoo Handa em sua Burajiru Nihon Imin-shi-Nenpyô (Cronologia da História da Imigração Japonesa no Brasil), doravante citada como Cronologia Handa. Handa informa ainda que no mesmo dia o Diário Popular de São Paulo noticiava um homicídio que teria ocorrido a bordo do Kasato-Maru. (CEHIB, 1992, p. 69)

Confirma-se nestes fragmentos as divergências de opiniões com relação aos japoneses que irão perdurar por muito tempo. No caso da Amazônia, como já falamos, ela vai durar até o advento da Zona Franca de Manaus e servirá de pivô para polêmicas com relação às concessões de terras.

² Cf. CEHIB. 1992. p. 55

³ CEHIB - Comissão de Elaboração da História dos 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil

Os japoneses no Amazonas

Ao contrário dos demais grupos de imigrantes, os japoneses constituirão a única corrente migratória, a se dirigir para a região amazônica após o “boom” da economia gomífera. E será exatamente o declínio desta economia, a motivação para os governantes dos estados do Pará e Amazonas convidarem estrangeiros a estabelecerem assentamentos agrícolas em terras concedidas. Entre os estrangeiros convidados, os japoneses serão os únicos a efetivarem os projetos. Eles concretizarão três grandes experiências de assentamento na década de 20 (Tomé-Açu; Maués e Parintins), porém somente a desenvolvida nos arredores de Vila Amazônia, em Parintins, e logrará êxito neste primeiro momento. Será nesta experiência que iremos encontrar os nossos personagens principais: os koutakuseis.

Porém, antes de tudo isso ocorrer é importante que o leitor saiba que a ideia de trazer japoneses para a Amazônia é muito anterior a década de 20. No ano em que iniciavam as negociações para trazê-los ao Brasil (1892), o governo paraense, tentou sem sucesso, trazer colonos nipônico para projetos de assentamento agrícola.

Todavia, os fatores já discutidos anteriormente impediram que tal projeto se concretizasse. Os próprios representantes do governo do Japão em terras brasileiras consideravam a Amazônia a pior região do país para a fixação de seus conterrâneos. Em CEHIB, nos é narrado a fala de um representante do governo japonês acerca de uma consulta sobre a possibilidade de colonização na região amazônica, onde esta impressão negativa fica evidente:

O sucessor de Chinda, Narinori Ohkoshi, em 1900, ao externar sua opinião sobre o assunto ao ministro das Relações Exteriores do Japão, Visconde Shuzo Aoki, destacou esses estados como a “pior região do Brasil”. A seu ver os imigrantes ficariam expostos à constante ação de ares maléficos, à convivência com numerosos alagadiços e submetidos ao calor escaldante do sol equatorial, fatores todos inteiramente inadequados ao bem-estar dos nipônicos. (CEHIB, 192, p. 49)

Agora voltemos ao contexto dos anos 20. No momento em que as solicitações para colonização dos governos paraense e amazonense chegam à embaixada do Japão no Brasil, em 1926, por coincidência, se discutia no parlamento nacional o projeto de lei do deputado Fidélis Reis, que propunha a restrição de imigrantes negros e amarelos.

Diante desta situação, era interessante aos representantes do governo japonês a abertura de outras frentes de imigração, acabando com a concentração no

sudeste brasileiro. Esta situação despertará o interesse desta representação diplomática pelas terras amazônicas, a ponto de o próprio embaixador reunir uma grande comitiva e se dirigir para a região naquele mesmo ano, concluindo sua viagem com a assinatura de contratos de concessões de terras nos dois estados.

Falando agora no caso da colônia de Parintins, Kawada (1995) e Homma (2016), eles falam de três nomes que estiveram por trás de todo este processo. O primeiro deles foi Kinroku Awazu, colono bem-sucedido que já havia chefiado projetos de assentamento no estado do São Paulo.

O segundo deles foi o jovem empresário Genzaburo Yamanishi, que em 1926 se encontrava no Rio de Janeiro, postulando junto a embaixada do Japão o apoio para pesquisas agrárias. Foram estes dois senhores, os representantes da diplomacia japonesa nas negociações com o governador do Amazonas Ephigênio Salles, em 1927. Deste encontro resultou um contrato de concessão que estabelecia o limite de um milhão de hectares de terras a serem concedidas aos japoneses. Por este mesmo contrato, os signatários tiveram o prazo de dois anos para a escolha das terras a serem usadas.

No retorno ao Japão, Yamanishi teve os seus negócios atingidos pela crise de 1929 e, sem dispor dos recursos que desejava, passa a peregrinar com Awazu a procura de quem pudesse colaborar para a concretização do projeto. É neste cenário que aparece o terceiro e mais importante dos nossos personagens, o deputado Tsukasa Uetsuka. Será por intermédio dele que a empreitada conseguirá apoio, tanto do governo como de empresários do Japão. Ele iniciará como um sócio, porém findará assumindo a dianteira do projeto, assinando o contrato definitivo em 1930.

Sobre a forma de agir de Uetsuka, duas importantes informações nos são oferecidas por Homma (2016). A primeira é de que fazia parte de um grupo que há muito tempo estudava a América do Sul; a segunda, se refere a um primo seu, Shuhei Uetsuka, que já havia implementado dois projetos de colonização em São Paulo. Estes dois fatores serão importantes para a compreensão da sua forma de pensar e agir com relação ao modelo de colonização posto em prática no Amazonas.

Os planos de Uetsuka, segundo Emmi (2013), eram bastante grandiosos, sua ideia era assentar dez mil famílias na área concedida e nela desenvolver projetos agrícolas e de extrativismo. Entre os projetos extrativos estava o da exploração de madeira que seria exportada para o Japão e outros países. Será em função da magnitude de seus planos que ele conceberá a existência de uma estrutura de estudos, capaz de formar técnicos qualificados. O papel destes técnicos seria o de vir na frente, preparando tudo para a chegada das famílias.

Os Koutakuseis

Para termos uma noção clara da necessidade de nossos personagens, iniciamos a conversa com esta afirmação:

Como efetuar uma migração para um país tão distante, com clima e idioma tão diferentes e cultura até oposta, e conseguir sucesso no projeto? Mas ele acreditava que um projeto, por mais complexo que fosse, mas, se bem planejado e executado seria uma grande oportunidade de negócios para todos os envolvidos (AMAZONAS, 2011, p. 11).

Aqui, fica evidente, que Uetsuka tinha uma noção bem clara das dificuldades que acompanhariam um projeto de colonização em um lugar como o Amazonas. Além disso, também tinha conhecimento da experiência de seu primo. Portanto, ele tinha motivos de sobra para se preocupar com o estrutural e o pessoal.

Vendo a imigração para o Amazonas a partir deste prisma, sua ação se dará em duas frentes. Na primeira, buscou junto a classe científica, política e empresarial japonesa, pessoas dispostas a colaborar e financiar seu megaprojeto. Homma nos informa que em fevereiro de 1930 ele irá realizar uma conferência em Tóquio com empresários e cientistas para mostrar o potencial da Amazônia e angariar apoio.

Na segunda frente, fundou duas escolas preparatórias para os seus técnicos. Kawada (1995) e Araújo (1995) nos informam que em março de 1930 será fundada nos arredores de Tóquio (bairro de Setagaya), a Escola Superior de Colonização e em outubro daquele mesmo ano, em Vila Amazônia (Parintins), o Instituto de Pesquisa da Amazônia ou simplesmente Instituto Amazônia. A Escola Superior de Colonização iniciaria a preparação dos técnicos e o Instituto Amazônia completaria.

Em japonês a Escola Superior de Colonização se pronunciava Kokushikan Koto Takushoku Gakko, sua abreviação era Koutako. Vem daí o nome dos nossos personagens principais, pois quem estudava no Koutako era Koutakusei. Esta instituição formou entre os anos de 1931 a 1937 sete turmas de koutakuseis, totalizando 245 estudantes, todos enviados ao Amazonas.

Falemos agora dessas pessoas. Homma nos fornece a primeira informação relevante ao nos dizer que, “Por se tratar de uma instituição na qual eram necessários pagamentos de pesadas mensalidades, a maioria dos estudantes era proveniente de famílias de classe média”. (HOMMA, 2016: p 39).

É importante analisarmos esta informação porque nos demais grupos de imigrantes que vieram ao Brasil, embora houvessem pessoas com um bom nível financeiro, pois a maioria era formada por pessoas pobres, simples; já entre os kou-

takuseis, temos exatamente o oposto, a maioria era de classe média em função dos altos preços da mensalidade da instituição.

Amazonas (2011) nos apresenta as exigências básicas para ingresso na Escola Superior de Colonização. Segundo ele, “era preciso estar disposto a vir viver no Amazonas, ser do sexo masculino e ter concluído no ano anterior ou estar concluindo o que no Brasil seria o curso secundário. Isso acabava limitando a idade entre 19 e 20 anos”. (AMAZONAS, 2011, p. 23). Com este segundo elemento, agora sabemos que eram jovens e a maioria de classe média.

A pergunta que podemos fazer na sequência é acerca das motivações que levaram estes jovens de classe média a aceitarem esta aventura. Novamente Homma nos oferece algumas pistas, segundo ele “Os koutakuseis eram jovens japoneses, imbuídos do espírito de pioneirismo, sem qualquer aspiração financeira.” (HOMMA, 2016, p. 39).

Uma última e importante característica nos é apresentada por Homma, citando Myazaki e Ono, quando discorre acerca da relação dos koutakuseis e a Companhia Industrial da Amazônia S/A, isto é, a empresa criada para a classificação e comercialização da juta, em 1935. Ele nos diz:

Os koutakuseis sempre apresentavam severas críticas à administração da CIA, chegando, às vezes, a constituir-se em arraigada resistência por suas lideranças consolidadas na Escola Superior de Colonização. Mas esse antagonismo ou resistência era sempre absorvido dentro da relação mestre-discípulo, ou ainda amortecido por slogans que enalteciam a necessidade de unidade entre a CIA e os imigrantes para vencerem as dificuldades que se antepunham ao programa de imigração. (HOMMA, 2016, p. 54)

Com base neste fragmento, podemos agora fechar o perfil o seguinte tipo de imigrante: são jovens, a maioria de classe média, idealistas e altruístas; além de obedientes aos seus superiores e com forte espírito de equipe.

Convidamos o leitor agora a olhar para a realidade dos dois institutos criados por Uetsuka, mergulhando tanto na sua rotina diária, como em suas características. Novamente Amazonas nos ajuda a compreender esta realidade. Começamos pela Escola Superior de Colonização - koutako:

Não era necessário nenhum conhecimento de técnicas agrícolas, uma vez que isso seria ensinado na escola. Na escola, onde passavam um ano em regime de internato, os estudantes aprendiam, também, um pouco do idioma português, culturas que poderiam ser plantadas no Amazonas, informações sobre o Brasil e principalmente sobre o Amazonas, como clima e ciclo de chuvas, princípios de carpintaria e prática

de arar e semear. Aprendiam também a abrir estradas e a cavar e a construir poços de água. Além disso, o aluno aprendia uma arte marcial a sua escolha, normalmente judô ou kendô, com o intuito de moldar seu espírito e caráter. (AMAZONAS, 2011, p. 23)

Percebemos por esta passagem que aqueles colonos já chegaram ao Amazonas com uma boa noção da realidade com que deveriam se deparar, já tendo rudimentos tanto da língua portuguesa como da cultura brasileira. Sendo assim, em termos estatísticos, sua possibilidade de sucesso eram ampliadas.

Conforme nos foi informado acima, o período do curso nesta escola era de um ano; ao término dele, o recém-formado se preparava para a viagem até o Amazonas onde iria cumprir a segunda etapa desta preparação no Instituto Amazônia. Sobre este instituto, Amazonas prossegue nos dizendo que:

Nessa escola, ensinava-se aos alunos a viver como cidadão no Brasil, devendo principalmente estudar a língua portuguesa, o modo social, a vida de família, a limpeza da floresta, construção de barracas, técnicas de cultivo adequado a região e a fabricação de diversos tipos de produtos. (AMAZONAS, 2011, p. 23)

Vemos então que uma vez em solo brasileiro nossos imigrantes continuavam a sua preparação, agora destinada a assimilar, na medida do possível a cultura brasileira, e ter condições de socializar com a população local.

É importante ressaltar que este processo de preparação deu àqueles jovens condições muito superiores aos demais imigrantes para se adaptarem a realidade amazônica, mas não foram suficientes para evitar choques culturais. Haja visto, tratar-se de duas culturas completamente diferentes. Amazonas, no seu quarto capítulo, nos apresentará uma lista de costumes japoneses que causavam estranheza entre os brasileiros dos quais destacamos os hábitos de tirar o sapato ao entrar nas casas, ou o de fazer barulho ao tomar sopa⁴. E é natural que do outro lado os costumes brasileiros também causavam estranheza aos japoneses.

A título de curiosidade, Ferreira (2016) discorre sobre como a presença dos koutakuseis pode ter mexido com a cidade de Parintins. Ele nos diz o seguinte:

[...] é interessante o impacto que deve ter causado na pacata cidade de Parintins da primeira metade do século 20 a vinda de mais de duas centenas de rapazes, a maioria solteiros, fazendo ginástica ao amanhecer, trabalhando pesadamente *na derrubada e no preparo das áreas a serem cultivadas e com disciplina* militar. (FER-

⁴ AMAZONAS, Associação Koutaku do. *A saga dos koutakuseis no Amazonas: Uma história de pioneirismo, sofrimento, perseverança e sucesso*. Manaus: Editora Amazon Koutakukai, 2011. p. 67

REIRA, 2016, p. 157-158)

Quem já andou pelos pequenos municípios do interior do Amazonas sabe que esta exposição faz todo sentido, pois se a chegada de um pequeno grupo de forasteiros já atrai a atenção destas comunidades, ainda mais um grupo expressivo e com hábitos bastante diferentes do povo local.

É importante frisarmos que embora os koutakuseis fossem a maioria⁵, também vieram com eles algumas famílias, principalmente a partir da terceira turma, já objetivando implantar o projeto agrícola. E será exatamente um dos chefes dessas famílias, o Senhor Ryoto Oyama, o protagonista da maior vitória destes imigrantes: a aclimação da juta na várzea amazonense, história que contaremos no próximo assunto.

A Juta

Mesmo não sendo o objeto central deste nosso trabalho, não tem como discorrer sobre os koutakuseis sem falarmos da aclimação da juta em solo amazônico, haja visto ter sido este evento, o resultado direto do trabalho, persistência e organização deste modelo ímpar de colonização.

Para início de conversa, vamos descrever o que é a juta. Kawada nos faz a seguinte definição:

Juta - planta originária da Índia. Depois do algodão e do cânhamo é a planta têxtil de maior importância mundial. A fibra vem de duas espécies distintas de “Conchorus C. capsularis e C. olitorius”, da família das tiláceas. É natural de Bengala, onde é explorada comercialmente desde tempos remotos, sendo por isso também chamada de Cânhamo-de-Bengala ou Cânhamo-de-Calcutá. (KAWADA, 1995, p. 17)

A importância desta fibra vegetal no Brasil, principalmente até os anos 70 e 80 do século XX era devido ao fato de ser a matéria-prima básica para as embalagens usadas nos transportes de alguns produtos agrícolas exportados pelo Brasil como o café.

Para compreendermos o peso deste produto para a indústria cafeeira, Homma (2016) e Ferreira (2016) nos trazem a história de várias tentativas de aclimação da juta entre o final do século XIX e início do Século XX, na região sudeste;

⁵ Segundo Amazonas, as duas primeiras turmas de kutakuseis serão compostas somente de jovens solteiros. Estes, posteriormente, terão casamentos arranjados por seus familiares. Já a partir da terceira turma, ao término da formação no Japão, antes de embarcar para o Amazonas eles deveriam casar-se. Estes já embarcaram junto com suas esposas, enquanto os primeiros as conheceram depois.

todas eles voltados para livrar a indústria do café, da importação de embalagens⁶.

Será exatamente este conjunto de fatores que elegerá a juta como o carro-chefe do projeto de colonização implementado do Uetsuka no Amazonas. Ciente da semelhança morfo-climática entre a Bacia do Rio Amazonas e a do Rio Ganges na Índia (maior centro produtor de juta) e do peso desta cultura para os mercados japonês e brasileiro, os koutakuseis, além dos mais diferentes produtos que plantaram em suas terras, vão se esforçar para fazer brotar em solo amazônico a jutiltura.

Este processo, porém, não será muito simples. Entre 1931 a 1934, quatro tentativas serão feitas. Na última delas (1933-34), teremos a montagem de uma grande estrutura de colonização na colônia modelo do Andirá, onde 150 pessoas serão distribuídas em 50 lotes e cada grupo (a maioria familiar) recebendo apoio financeiro e estrutural para o cultivo da juta. Apesar desta organização e dos esforços empreendidos, o resultado será uma juta de tamanho reduzido - 1,5 metro em média. Para podermos realizar uma comparação, um pé de juta possui cerca de 4,5 metros.

O fracasso desta experiência mergulhou toda a colônia em um clima de desânimo tamanho, que Uetsuka se viu obrigado a se deslocar, às pressas, do Japão para o Amazonas, a fim de acalmar os ânimos e buscar soluções para o problema. Nesta mesma viagem, porém, apesar da situação descrita acima, ele tomará conhecimento da descoberta que trará a solução para todos: os dois pés de juta, de estatura elevada que cresciam no lote do senhor Ryoto Oyama.

Na fala de todos os que descrevem esta história, o enredo é apresentado de forma quase que épica⁷. Segundo eles, Oyama vai descobrir, no meio de sua plantação de juta, dois pés que sobressaiam em altura, ambos localizados numa parte do terreno preste a ser atingido pela cheia do Rio Amazonas. A narrativa segue afirmando que um dos pés será destruído pelas águas, sobrando somente um exemplar, que será alvo de uma vigilância constante da família.

A partir desta planta, Oyama começará um processo de plantação e multiplicação de sementes, até atingir em 1936, segundo Ferreira (2016) a quantia de 32 quilos⁸. Em 1937, eram colhidas e enviadas a Belém⁹ as duas primeiras safras comer-

⁶ Amazonas (2011) citando a fala do próprio Uetsuka, nos lista os seguintes fatores envolvidos na escolha da juta: 1. Grande procura e consumo anual; 2. Ser um produto proveitoso e seu cultivo, colheita e sua armazenagem e transporte o mais fácil possível; 3. A produção em safra anual para se evitar o risco de ficar com capital empatado.

⁷ Araújo. 1995; Kawada. 1995; Amazonas. 2011; Homma (2016) e Ferreira (2016).

⁸ Por ser a semente de juta muito pequena, 32 quilos representa uma quantidade, capaz de produzir uma safra a nível comercial.

⁹ Em Belém, na época, existia a única empresa de beneficiamento de juta e fibras vegetais da região,

ciais, sendo uma em fevereiro (2770 Kg) e outra em julho (6171 Kg). A partir daí a juta passará a ser uma realidade e uma alternativa econômica para as populações da várzea amazônica, entrando em um processo de expansão comercial e territorial surpreendente. Sendo criada em função dela, em 1935, uma empresa para classificação, prensagem e comercialização: a Cia. Industrial Amazonense S/A.

É bom frisarmos que os planos de Uetsuka e os koutakuseis não se resumia à juta, como já citamos. Ela era o produto principal, em linguagem popular, “o carro chefe” do projeto. Mas além dela, várias culturas permanentes de terra firme foram iniciadas. Homma narra assim o que se encontrou em Vila Amazonas, no momento da liquidação do projeto:

Como plano para a agricultura, plantaram a seringueira, tanto que por ocasião do confisco da CIA, em 1942, existiam 115 mil pés plantados, iniciados em 1931, do guaraná e da castanha-do-pará, em terra firme, intentando-se assim superar a fase de extrativismo vegetal e conseguir a produção planejada de culturas permanentes, muitas delas em sistemas agroflorestais. (HOMMA, 2016, p. 48)

Este sonho que possuía todos os elementos para se transformar em uma realidade promissora será abortado por ocasião da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), especialmente a partir da entrada do Brasil no conflito em 1942. Como na conjuntura do conflito, brasileiros e japoneses ficaram em lados opostos, todos os projetos nipônicos foram interrompidos bruscamente.

Em dezembro de 1942, com apoio do exército, toda a infraestrutura da Cia. Industrial Amazonense foi confiscada, ficando sobre a administração do Banco do Brasil. Em 1946, em leilão público, seu patrimônio foi arrematado pela Sociedade de Comércio e Transporte LTDA, pertencente ao grupo J.G. Araújo & Cia. LTDA.

O grande sonho de Uetsuka era interrompido, tudo o que os koutakuseis plantaram e construíram passaria para outras mãos. Mas a juta, por esta ocasião, havia se tornado uma realidade inofismável.

Considerações

Longe de ser uma história pautada na exaltação de nomes e de feitos heroicos, buscamos neste texto destacar, dentro do conjunto de milhares de imigrantes que chegaram e ainda chegam ao Brasil, um projeto capaz de produzir um sujeito histórico particular chamado koutakusei.

A trajetória desses poucos mais de duzentos jovens que abandonaram o

a fábrica Perseverança do grupo Martins Jorge & Cia.

Japão no início dos anos 30, para construir uma história marcada pela ousadia e pela determinação na Amazônia brasileira, evidencia, entre outras coisas, que tudo aquilo que é bem planejado e executado com seriedade tem um potencial de acerto muito superior àquilo que é feito desordenadamente.

A comparação com outros projetos de colonização implementados na Amazônia,¹⁰ nos permitem afirmar que, por maior que seja o desafio e as particularidades da região, quando estamos diante de uma boa preparação humana e estrutural, todos os obstáculos podem ser vencidos e os resultados positivos alcançados.

Na década em que os koutakuseis construíram um outro mundo regional em Vila Amazonas (1931-1942), ficou bem evidente, que é possível às populações amazônicas vencerem os desafios socioeconômicos, que as impedem de terem uma vida mais confortável, em meio à fartura de oportunidades que a natureza lhes oferece.

E, se isso até hoje não foi obtido, não é somente porque a grande e desafiante floresta Amazônica¹¹ não permitiu, mas porque encontramos na gestão das políticas públicas para a região uma forma de agir completamente inversa da feita por esses imigrantes.

Entrando no universo da produção científica regional, observamos muita tecnologia desenvolvida, com potencial de se converter em fonte de renda para os povos da floresta e várzea amazônica. Mas a falta de planejamento político, faz com que toda esta produção fique guardada nos acervos de instituições de pesquisa, como o INPA, em Manaus, à espera que um dia possam ser massificadas e transformadas para estes povos.

O sucesso no plano de aclimação da juta somado às mudanças provocadas na várzea do entorno de Vila Amazonas, criando possibilidades de emprego para aquela população, mostram ser possível fixar os povos da floresta-várzea no seu habitat. Com isso se combateria o fluxo constante de pessoas, que abandonam a zona rural para viver na periferia das cidades da região, em especial, Manaus e Belém.

Em síntese, mesmo sem a intenção de realizar qualquer tipo de apelo ecológico, haja vista não existir este tipo de preocupação na época, a lição que os koutakuseis nos dão é de que a produção de conhecimento, auxiliada por um planejamento minucioso, e executado de forma séria representam os motivos suficientes para produzirem riquezas no meio rural amazônico, trazendo qualidade de vida para estas populações. Em suma, a produção de conhecimento temos muita, gente

¹⁰ Cf. EMMI. 2013

¹¹ Cardoso. 2011. Nos fala da construção literária feita para transformar o seringueiro em um desbravador, “bandeirante”, do final do século XIX e início do XX, em contraste com uma floresta Amazônica indomável, um lócus hostil à presença humana.

preparada e dispostas também. Falta somente disposição política e seriedade no tocante à execução dos projetos para a região.

Ao pensarmos sobre a forma como nossas autoridades conduzem os rumos da nossa sociedade, esta história nos mostra que é possível mudarmos o cenário econômico da Amazônia. Para isso, basta haver boa vontade política, somada à disposição para pôr em prática tudo aquilo que é produzido por nossas academias.

Referências Bibliográficas

AMAZONAS, Associação Koutaku do. *A saga dos koutakuseis no Amazonas: Uma história de pioneirismo, sofrimento, perseverança e sucesso*. Manaus: Editora Amazon Koutakukai, 2011.

ARAÚJO, Carlos. *História da imigração japonesa no Estado do Amazonas*. Manaus: FIEAM, 1995.

CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio, *Nem sina, nem acaso: tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, 2011.

CEHIB (Comissão de Elaboração da História dos 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil). *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1992

EMMI, Marília Ferreira. *Um século de imigrações internacionais na Amazônia brasileira (1850-1950)*. Belém: Naea/UFPA, 2013

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola*. Brasília: EMBRAPA, 2016

FERREIRA, Aldenor da Silva. *Fios dourados dos trópicos: culturas, histórias, singularidades e possibilidades (juta e malva - Brasil e Índia)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, 2016.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. *Revisitando o problema da “transição para o trabalho livre” no Brasil: a experiência de trabalho dos africanos livres*. Jornadas de História do Trabalho – Pelotas, 6-8/11/2002

KAWADA, Takuya. *Histórico da imigração japonesa no estado do Amazonas*. Manaus: Fieam, 1995.

SAYAD, Abdelmalek. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP,1998.

Artigo recebido em 20/09/2019, aprovado em 31/10/2019.